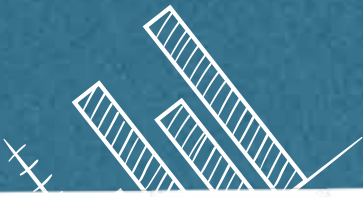




Permanência Escolar na Pandemia



Apresentação

A pesquisa “Permanência Escolar na Pandemia” é o 4º projeto do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) e do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), em parceria com os Tribunais de Contas brasileiros. Desta vez, a união entre as entidades aconteceu em razão da necessidade de se ter um mapeamento sobre a participação dos estudantes da rede pública de ensino nas atividades propostas pelas escolas no período de pandemia.

O estudo procurou verificar a adesão dos estudantes às atividades de ensino propostas, a frequência às aulas, as práticas adotadas pelas redes de ensino para evitar o abandono e a evasão escolares e identificar ações que ajudaram a garantir a manutenção do vínculo entre os alunos e as escolas. Ao longo da pesquisa, surgiu a necessidade de avaliar ainda a gestão, sistematização e organização dos dados dos estudantes pelos estabelecimentos de ensino.

O projeto, que contempla informações de redes de ensino localizadas em 23 Estados e no Distrito Federal, teve a participação de 29 Tribunais de Contas, que atuaram na coleta e na validação das informações, alcançadas por meio da aplicação de questionário a mais de 1,2 mil redes de ensino de todas as regiões do País. Isso permitiu construir um retrato da realidade brasileira em relação à participação e ao engajamento dos estudantes no período de pandemia, mais especificamente no primeiro semestre de 2021. Espera-se que essas informações sejam úteis a outros gestores, subsidiando a reflexão sobre suas ações.

O abandono¹ e a evasão escolares² são duas grandes preocupações do contexto atual. O relatório [“Planejamento das redes de ensino para a volta às aulas presenciais: saúde, permanência e aprendizado”](#), também elaborado pelo Iede e pelo CTE-IRB, em parceria com os Tribunais de Contas, e publicado em agosto de 2020, apontou o risco de abandono e evasão escolares como o ponto crítico dentre os temas analisados. O estudo revelou que, na ocasião, a maioria das redes analisadas dizia ter conhecimento de quais eram os grupos de alunos mais vulneráveis e propensos a deixar a escola.

Levantamentos feitos por outras organizações também ajudam a dimensionar o desafio que o Brasil tem pela frente para garantir a permanência escolar de todas as crianças e adolescentes do País. O relatório “Cenário da Exclusão Escolar no Brasil - um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação”, publicado pelo UNICEF e CENPEC em abril deste ano, indica que, em novembro de

¹ Ocorre quando os estudantes param de frequentar as aulas durante o ano letivo.

² Ocorre quando os estudantes não se matriculam no ano seguinte.

2020, mais de 5 milhões de meninas e meninos de 6 a 17 anos não tiveram acesso à educação no País³. Desses, conforme o UNICEF, mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos, faixa etária em que a educação estava praticamente universalizada antes da pandemia. A organização alerta para o risco de o País regredir mais de duas décadas no acesso de meninas e meninos à educação. Já a publicação “Education at a Glance 2021”, divulgada em setembro pela OCDE, mostra que o Brasil é o País onde as escolas permaneceram fechadas por mais tempo em 2020 entre os 35 Países analisados: 178 dias. A média dos Países da OCDE foi de 48 dias. O dado leva em consideração a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Por todas essas razões, reiteramos a importância de um estudo como este, que buscou investigar a adesão dos estudantes às atividades propostas pelas escolas no período de pandemia, possibilitando às redes de ensino entender quantos correm o risco de abandonar o sistema e, assim, agir para que permaneçam na escola.

Gostaríamos de aproveitar este espaço para agradecer às pessoas que tornaram este estudo possível, começando pelas equipes dos Tribunais de Contas, que solicitaram às Secretarias de Educação o envio do questionário preenchido, analisaram e validaram as informações recebidas. Agradecemos o trabalho dedicado e criterioso de todos os Tribunais de Contas, que foi essencial para trazer mais consistência à pesquisa.

Agradecemos também aos profissionais das Secretarias de Educação, sempre solícitos e gentis, que nos enviaram os questionários respondidos e mostraram-se dispostos a esclarecer eventuais dúvidas e/ou inconsistências nas informações declaradas. Além disso, dispensaram seu tempo para participar de entrevistas on-line com os pesquisadores do lede.

Agradecemos à Undime Nacional e às Undimes regionais pelo apoio no projeto.

Por fim, agradecemos às equipes do lede e do IRB pela disposição e pelo cuidado ao longo de todo o processo.

Desejamos que este material seja muito proveitoso para os gestores públicos, para os profissionais da educação, para o meio acadêmico e, enfim, para todos que entrarem em contato com este trabalho!

Cezar Miola

Presidente do CTE-IRB

Ernesto Martins Faria

Diretor-fundador do lede

³ Dados do IBGE - Pnad Covid-19, nov. 2020. Considerou-se não frequentando a escola crianças e adolescentes de 6 a 17 anos que declararam não frequentar a escola ou que frequentavam a escola, mas não tiveram atividades escolares disponibilizadas na semana anterior à entrevista feita com as famílias por telefone.

Expediente

Realização

Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)
Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede)
Tribunais de Contas do Distrito Federal e dos Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins; Tribunais de Contas dos Municípios dos Estados da Bahia, de Goiás e do Pará; Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro; Tribunal de Contas do Município de São Paulo; e Tribunal de Contas da União.

Coordenação

Cecília Coutinho de Miranda
Cezar Miola
Ernesto Martins Faria
Júlia Cordova Klein
Viviane Pereira Grosser

Análise dos dados

Cecília Coutinho de Miranda
Ernesto Martins Faria
Giovanna Macedo

Texto

Cecília Coutinho de Miranda
Lecticia Maggi Silveira

Revisão

Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB)
Tribunais de Contas

Diagramação

João Victor dos Santos

Técnicos dos Tribunais de Contas

Davi Assunção Salvador Nery de Castro (TCDF)
Márcia Helena da Silva (TCDF)
Mariana Cláudia Aun de Azevedo Costa (TCDF)

Amaro Sérgio Monteiro da Rocha Guedes (TCE-AL)
Walter de Oliveira Costa (TCE-AL)
Adriane Regina da Silva Freire (TCE-AM)
Mário Augusto Takumi Sato (TCE-AM)
Carina Baia Rodrigues (TCE-AP)
Marcio da Paixão Barros (TCE-AP)
Regiane Guedes Rodrigues (TCE-AP)
Aline Kazuko Sonobe (TCE-BA)
Israel Santos de Jesus (TCE-BA)
Marcelo Cassundé de Carvalho (TCE-ES)
Paula Rodrigues Sabra (TCE-ES)
Elizete Aparecida de Oliveira (TCE-GO)
Renata Vieira Caetano (TCE-GO)
Célia Maria dos Santos Rodrigues (TCE-MA)
Helvilane Maria Abreu Araujo (TCE-MA)
Matilene Rodrigues Lima (TCE-MA)
Sônia Regina Machado Tobias (TCE-MA)
Felipe Souza Nascimento (TCE-MG)
Geraldo Magela de Freitas (TCE-MG)
Jefferson Mendes Ramos (TCE-MG)
Manoel Madeira de Carvalho (TCE-MG)
Paulo Roberto Ferrão (TCE-MG)
Francinete Maria Ribeiro Zucareli (TCE-MS)
Glaucio Hashimoto (TCE-MS)
Rodrigo Arguelo de Moraes (TCE-MS)
Bruna Henriques de Jesus Zimmer (TCE-MT)
Mônica Cristina dos Anjos Acendino (TCE-MT)
Jully Cléia Oliveira Moutinho (TCE-PA)
Larissa Cristina Fagundes da Rosa e Silva (TCE-PA)
Adriana Falcão do Rêgo (TCE-PB)
Lúcia Patrício de Souza Araújo (TCE-PB)
Hudson Magalhães Fróes (TCE-PE)
Nazli Leça Nejaim Minelli Paz Lopes (TCE-PE)
Sílvia Maria Vaz Maciel de Moraes (TCE-PE)
Caroline de Lima Santos (TCE-PI)
Carolline Leite Lima Nascimento (TCE-PI)
Ricardo de Sousa Mesquita (TCE-PI)
Agnaldo Gomes dos Santos (TCE-PR)
José Mário Nowak (TCE-PR)
Hermano Duarte Ribeiro (TCE-RJ)
Marconi Canuto Brasil (TCE-RJ)
Paula Alexandra Canas de Paiva Nazareth (TCE-RJ)
Robson de Oliveira Aguiar (TCE-RJ)
Washington Emiliano da Silva Campos (TCE-RJ)

Ana Carolina Leitão Uchoa de Almeida (TCE-RN)
Fladjane Raquel Soares de Souza (TCE-RN)
Iana Silva Gomes de Lima (TCE-RN)
Adriana Maia Campelo (TCE-RO)
Bianca Cristina Silva Macedo (TCE-RO)
Jane Rosiclei Pinheiro (TCE-RO)
Raimundo Paulo Dias Barros Vieira (TCE-RO)
Adrovane Marques Kade (TCE-RS)
Rita de Cássia Krieger Gattiboni (TCE-RS)
Alexandre Thiesen Becsi (TCE-SC)
Paulo Douglas Tefili Filho (TCE-SC)
Adelmo Mascarenhas de Andrade (TCE-SE)
Daniel Alves de Santana (TCE-SE)
Francisco José Alves Correia Lima (TCE-SE)
Marcos Antônio Rocha dos Santos (TCE-SE)
Marcos Leal Melo (TCE-SE)
Alexandre Dutra Lopes de Carvalho (TCE-SP)
Carmen Leite Vanin (TCE-SP)
Ramon Natalizio Barbosa (TCE-SP)
Vanderlei Marçola (TCE-SP)
Ikaro Peres Cunha (TCE-TO)
Leonídio Rodrigo F. Custódio (TCE-TO)
Thiago Dias de Araújo e Silva (TCE-TO)
Jumara Novaes Sotto Maior (TCM-BA)
Maíra Oliveira Noronha (TCM-BA)
Pedro Henrique Rodrigues C. da Cruz (TCM-BA)
Marcus Machado de Lima (TCM-GO)
Matheus Frota França (TCM-GO)
Mônica Regina Vieira (TCM-GO)
Ana Cristina Santos Sodré (TCM-PA)
Elen Pantoja de Moraes (TCM-PA)
Everaldo Lino Alves (TCM-PA)
Josiane Andrade de Parijós (TCM-PA)
Luís Otávio Gadelha Barbosa (TCM-PA)
Sílvia Miralha de Araújo Ribeiro (TCM-PA)
Ketzia Cardoso Leite da Silva (TCM-RJ)
Marcus Vinicius Pinto da Silva (TCM-RJ)
Barbara Popp (TCM-SP)
Leonardo Andre de Oliveira (TCM-SP)
André Geraldo Carneiro de Oliveira (TCU)
Gregório Silveira de Faria (TCU)

Sumário

1. Introdução	07
2. Cenário da educação brasileira na pandemia	09
3. Os achados da pesquisa	11
3.1. Dificuldade das redes de ensino em relação à sistematização dos dados	11
3.2. O que a pesquisa descobriu sobre a situação de participação dos alunos na pandemia	14
3.3. Práticas das redes de ensino durante a pandemia	23
4. Considerações finais e implicações para políticas públicas.....	31
Bibliografia.....	34
Anexos	35

1. Introdução

Em 2019, o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e os Tribunais de Contas (TCs) brasileiros se uniram, pela primeira vez, para a realização do estudo [“Educação que Faz a Diferença”](#), que identificou 118 redes municipais com bons resultados no Ensino Fundamental e que também cumpriam requisitos mínimos de qualidade na Educação Infantil. Na sequência, vieram o estudo [“A Educação Não Pode Esperar”](#) (2020), que trouxe um mapeamento das ações adotadas pelas redes de ensino durante o período de pandemia; e o relatório [“Planejamento das redes de ensino para a volta às aulas presenciais: saúde, permanência e aprendizado”](#) (2020), feito a partir de uma pesquisa qualitativa com 20 redes públicas de ensino, buscando entender em detalhes as ações desenvolvidas por elas para cumprir o currículo previsto para o ano, lidar com o impacto emocional da pandemia nos estudantes e professores, diagnosticar as defasagens de aprendizagem e buscar equidade, entre outros aspectos.

Assim como no estudo “A Educação Não Pode Esperar” e no seu desdobramento, o relatório “Planejamento das redes de ensino para a volta às aulas presenciais: saúde, permanência e aprendizado”, este projeto também olha a atuação das redes de ensino no contexto da pandemia. Todavia, desta vez, o foco é compreender quantos estudantes participaram das atividades propostas pelas escolas durante o período de aulas remotas.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, está assegurada na Constituição Federal de 1988 e deve ser garantida por meio do acesso à escola, onde as crianças e adolescentes devem permanecer até a conclusão da Educação Básica, a fim de que possam adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para a vida adulta e o pleno exercício de sua cidadania. É nesse sentido que monitorar a situação de frequência e/ou participação dos estudantes neste momento é tão importante.

De acordo com o “Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020”, “nunca foi tão crucial tornar a educação um direito universal e uma realidade para todos” (UNESCO, 2020). Diante do contexto pelo qual o Brasil vem passando, é imprescindível direcionar o olhar para os estudantes que se encontram em risco de evasão escolar, de modo a não deixar ninguém para trás.

O projeto “Permanência Escolar na Pandemia” tinha quatro objetivos iniciais, que se tornaram cinco no decorrer da pesquisa. São eles:

- 1) realizar um levantamento da situação de frequência e/ou realização das atividades propostas aos estudantes no período de pandemia;
- 2) oferecer uma contribuição efetiva, por parte dos Tribunais de Contas, para a disseminação de informações relevantes acerca da situação dos estudantes neste período;
- 3) no âmbito de cada Tribunal de Contas, mapear redes de ensino cujas medidas para prevenir a evasão e o abandono escolares estão frágeis;
- 4) identificar boas práticas de engajamento e busca ativa dos estudantes;
- 5) mapear redes com sistemática consistente e detalhada de controle da frequência dos alunos e da participação nas atividades pedagógicas propostas.

A inclusão deste quinto objetivo ocorreu porque se verificou, ao longo da pesquisa, uma dificuldade das redes de ensino em relação à sistematização dos dados de seus alunos durante o período de ensino remoto. De modo geral, as Secretarias de Educação, tanto municipais como estaduais, não possuíam controles sobre a situação de frequência dos alunos e/ou realização das atividades propostas pelas escolas de forma estruturada e compilada.

Ressalta-se o quanto a parceria com os Tribunais de Contas foi fundamental para a concretização deste trabalho: os técnicos dos TCs foram os responsáveis pelo envio do questionário às mais de 1,2 mil redes de ensino selecionadas para compor a amostra e também pela checagem dos dados coletados, buscando garantir sua veracidade. Isso permitiu construir um retrato da realidade do País em relação à participação e ao engajamento dos estudantes na pandemia.

Ao todo, 30 Tribunais de Contas aderiram ao projeto e participaram do levantamento, o que permitiu abranger informações sobre redes localizadas em 23 Estados e no Distrito Federal⁴. Com isso, todas as regiões do Brasil estão contempladas nos dados. A seleção das redes de ensino ocorreu de forma aleatória. Após a elaboração e validação do plano amostral, o mesmo foi apresentado aos TCs em uma capacitação (on-line). Esse momento foi fundamental para que os técnicos tomassem conhecimento sobre o projeto e suas respectivas etapas, avaliassem o questionário proposto e contribuíssem com a concepção dos materiais. Com o plano já apresentado e discutido, as equipes ficaram responsáveis por entrar em contato

⁴ O levantamento não contempla redes de ensino dos Estados do Acre, Ceará e Roraima.

com os Municípios titulares. Caso a rede titular não respondesse o questionário em tempo hábil, deveriam acionar a suplente. Com as redes estaduais e das capitais, foi planejado realizar a coleta de forma censitária; porém não foi possível obter todas essas respostas.

Reitera-se também que este não foi um trabalho de auditoria, assim como nenhum dos estudos anteriores realizados pelo Iede e o CTE-IRB com os Tribunais de Contas. A atuação dos TCs buscou unicamente reforçar outro aspecto relevante da atividade desses órgãos de controle e fiscalização: o potencial de induzir boas práticas nas redes de ensino, com um olhar de colaboração e de compromisso com a qualidade da educação.

A seguir, no [capítulo dois](#), você encontrará um breve contexto da educação brasileira durante a pandemia da Covid-19. No [capítulo três](#), são apresentados os achados da pesquisa no que diz respeito à participação dos alunos e à sistematização dos dados durante as aulas remotas, bem como os diferenciais das redes com boas práticas de engajamento dos estudantes. Por fim, o [capítulo quatro](#) traz as considerações finais e implicações dos achados deste estudo para políticas públicas.

2. Cenário da educação brasileira na pandemia

Em abril de 2020, cerca de 1,5 bilhão de estudantes estavam sem aula, o que representava mais de 90% da população estudantil mundial, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). No Brasil, somente na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), 47,9 milhões de alunos foram impactados, segundo o Censo Escolar 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A interrupção dos estudos ou a impossibilidade de garantir continuidade por meio de plataformas on-line, somada à crise econômica, aumentou o risco de evasão escolar, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (UNESCO, 2020). O relatório “Cenário da Exclusão Escolar no Brasil – um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação”, divulgado em abril de 2021 pelo UNICEF em parceria com o CENPEC, indica que 5,1 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos tiveram seu direito à educação negado em novembro de 2020, época do levantamento realizado pelo IBGE, o que corresponde a 13,9% dessa parcela da população em todo o Brasil. Desses 5,1 milhões, quase 1,5 milhão não

frequentavam a escola (remota ou presencialmente); já os outros estavam matriculados, mas não tiveram acesso a atividades escolares.

O estudo alerta que “a exclusão escolar atingiu sobretudo crianças de faixas etárias em que o acesso à escola não era mais um desafio. Dos 5,1 milhões de meninas e meninos sem acesso à educação em novembro de 2020, 41% tinham de 6 a 10 anos de idade; 27,8% tinham de 11 a 14 anos; e 31,2% tinham de 15 a 17 anos – faixa etária que era a mais excluída antes da pandemia” (UNICEF, 2021). Além disso, de acordo com o UNICEF, crianças e adolescentes pretos, pardos e indígenas correspondem a 69,3% do total sem acesso à educação na ocasião, o que mostra que grupos já historicamente menos atendidos ficaram ainda mais vulneráveis.

A estratégia do ensino remoto, adotada para amenizar os efeitos do fechamento das escolas, não foi uma realidade para todos. Apesar de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2019 apontarem que 82,7% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet, representando um crescimento de 3,6 pontos percentuais em relação a 2018, muitos alunos têm acesso somente pelo celular dos pais ou responsáveis, que retornam do trabalho à noite, e há grandes variações em relação à qualidade do sinal, por exemplo. A entrega de atividades impressas nas casas foi uma alternativa encontrada por algumas redes de ensino para garantir que os estudantes sem os recursos tecnológicos adequados, que os permitissem acesso aos conteúdos on-line, continuassem tendo seu direito à educação assegurado. A Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, por exemplo, desenvolveu kits com livros didáticos, materiais de leitura complementar e orientações para pais e responsáveis sobre saúde e educação.

Dentre as dificuldades enfrentadas durante esse período, é importante ressaltar também aquelas relacionadas ao exercício do trabalho docente. Os professores e gestores escolares tiveram que se adaptar, em tempo recorde, às novas ferramentas digitais, distribuir conteúdo, corrigir a lição de casa e se comunicar com os alunos, pais e responsáveis. Segundo o “Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020”, publicado pela UNESCO, 88% dos professores brasileiros relataram nunca ter ensinado remotamente antes da pandemia. Em pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, em 2020, 65% dos professores disseram que o trabalho pedagógico mudou e aumentou, com uma nova ênfase em atividades envolvendo interfaces digitais e interação remota.

Outra questão que tangencia o impacto negativo da pandemia na educação diz respeito à suspensão do Censo Demográfico (IBGE) em 2021. As informações

geradas pelo Censo são essenciais para entender melhor a realidade do País e subsidiar políticas públicas em diversas áreas, dentre elas a da educação.

Em um contexto de desigualdades já existentes, a pandemia trouxe riscos adicionais de marginalização e falta de engajamento dos alunos (UNESCO, 2020). O momento atual impõe urgência no que diz respeito à realização de um levantamento contínuo e preciso acerca da permanência dos estudantes nas redes de ensino.

3. Os achados da pesquisa

3.1. Dificuldade das redes de ensino em relação à sistematização dos dados

O estudo “Permanência Escolar na Pandemia” possibilitou a construção de um retrato do País em relação à participação dos estudantes nas atividades pedagógicas propostas durante o período de aulas remotas. Além disso, revelou quais as práticas de sistematização da frequência escolar adotadas pelas Secretarias de Educação no contexto de pandemia.

O plano amostral deste estudo incluiu 1.180 redes municipais⁵ de ensino. Todas receberam, por e-mail, um questionário (disponível na íntegra no [Anexo](#)). Nele, a Secretaria de Educação deveria informar o quantitativo de estudantes matriculados no 5º e no 9º anos do Ensino Fundamental, bem como no 3º ano do Ensino Médio e, destes, quantos estavam, de fato, realizando as atividades propostas pelas escolas. Além disso, foi solicitado o envio de arquivos — em formato de planilha em Excel, imagem ou arquivo de texto (doc. ou PDF) — comprovando a frequência dos alunos. O mês de referência foi abril de 2021, mas outra periodicidade era aceita, caso os dados fossem consistentes.

O objetivo, ao solicitar às redes de ensino esses documentos comprobatórios da frequência dos estudantes, foi assegurar a confiabilidade das informações utilizadas neste estudo. Os técnicos dos Tribunais de Contas, com o suporte e acompanhamento dos pesquisadores do lede e IRB, conduziram um criterioso processo de checagem de dados, que envolveu as seguintes etapas: 1. primeiro, acessavam a Planilha Status⁶, que continha o número de alunos matriculados e o total dos que

⁵ O plano amostral originalmente previsto incluía 1.272 redes municipais de ensino.

⁶ Planilha em Excel automatizada, construída pela equipe do lede, para facilitar o processo de validação dos dados por parte dos TCs.

estavam participando das atividades, segundo informações fornecidas pelas Secretarias de Educação por meio do questionário; 2. depois, verificavam os documentos e dados enviados pelas redes de ensino; e 3. atualizavam a Planilha Status com base na documentação analisada, inserindo o quantitativo de alunos que constava no documento enviado e validando tal dado, se convergente ou divergente com o número informado no questionário.

Era esperada a compatibilidade entre a quantidade de alunos matriculados e a quantidade de alunos frequentes informados no questionário com os dados registrados nos documentos comprobatórios. Porém, não foi o que aconteceu. As equipes dos TCs identificaram equívocos de preenchimento das questões, o que exigiu correções e interlocuções constantes com as Secretarias de Educação ao longo de todo o processo de levantamento dos dados. Uma inconsistência, por exemplo, dizia respeito às respostas sobre os quantitativos de matriculados e de frequentes: em alguns casos, o número de estudantes participando das aulas remotas superava o de matriculados, algo impossível.

Esse processo inicial de checagem dos documentos sugeriu que muitas Secretarias de Educação não possuíam um registro de controle dos alunos e, mediante o pedido dos Tribunais de Contas, enviaram documentos destinados a outras finalidades. Muitos eram das próprias escolas, como, por exemplo: foto do diário de classe do professor; foto das atividades impressas enviadas aos alunos; planilha com informações a nível do aluno, dentre outros. Nesses casos, diante da inviabilidade operacional de se verificar, aluno por aluno, quem estaria realizando as atividades propostas pela escola, foi analisada a razoabilidade do documento e se, a partir dele, as redes teriam condições de chegar aos percentuais informados no questionário. O relato a seguir retrata tal situação:

“ Quanto à análise dos documentos, verificou-se que, ao responderem à questão “Por gentileza, envie os arquivos onde foram registradas as frequências dos estudantes no mês de abril”, praticamente todas as redes encaminharam documentos a nível de aluno. Na maioria dos casos, tratavam-se de diários de frequência das turmas. Dessa forma, diante da inviabilidade operacional de se verificar, aluno por aluno, quem estaria realizando frequentemente as atividades propostas pela escola, foram analisadas quais eram as informações que continham no controle encaminhado e se isso seria um controle válido de frequência que permitiria à rede chegar ao valor que ela informou no questionário. ”

Tribunal de Contas da região Sul

Considerando a diversidade no formato dos arquivos enviados, houve a necessidade de uma capacitação adicional conduzida pelo Iede sobre os critérios que deveriam ser utilizados pelos técnicos dos TCs na validação dos documentos e a rigidez necessária neste processo, a fim de que todos adotassem um mesmo padrão de checagem. As equipes foram orientadas a solicitar às Secretarias de Educação informações adicionais caso os documentos recebidos não fossem suficientes para a aferição. Em alguns casos, a rede optou por enviar um novo arquivo, considerado por ela mais fidedigno, como ilustra o relato a seguir:

“ O contato com os responsáveis pelo ensino foi fundamental para validar os dados. Ligamos para vários municípios e muitos documentos e dados foram alterados.”

Tribunal de Contas da região Sudeste

Houve ainda redes de ensino que não enviaram nenhum documento ou encaminharam arquivos em branco. Nesses casos, a equipe do TC entrava em contato com a Secretaria de Educação por telefone e, caso fosse confirmada a não existência de um controle de frequência dos estudantes, essa informação era adicionada na Planilha Status, e a rede era desconsiderada do estudo. No total, 213 Municípios foram excluídos por essa razão.

Outros tipos de inconsistências que levaram à exclusão de redes de ensino na análise apresentada neste relatório, foram: 1. percentual de participação dos estudantes superior a 100% (39 redes para o 5º ano e 24 para o 9º ano); 2. percentual de participação dos estudantes inferior a 50% (57 para o 5º ano, 47 para o 9º ano e uma para o 3º ano do Ensino Médio). O primeiro caso é absolutamente infactível, e o segundo foi considerado distante da realidade pelos pesquisadores, pois percentuais tão baixos de participação dos estudantes sugerem inconsistências na sistematização dos dados por parte das redes de ensino.

As redes que apresentaram uma sistematização frágil e/ou dados muito diferentes dos declarados no questionário não impactaram nos percentuais de frequência escolar de cada Estado e região apresentados na [seção 3.2](#). Dessa forma, após o processo de checagem dos dados, realizado pelos Tribunais de Contas, das 1.027 respostas recebidas, 724 tiveram os dados considerados para o 5º ano e 478 para o 9º ano. Em relação às capitais, de 19 redes respondentes, 14 foram utilizadas nas análises e, no caso das redes estaduais, das 20 redes que responderam, 10 foram consideradas.

Reitera-se que, dentre os principais achados do estudo, está a dificuldade generalizada das redes de ensino do País em sistematizar os dados de frequência e participação dos estudantes durante o período de pandemia. Esse é um aspecto que merece bastante atenção, uma vez que um número significativo de Secretarias de

Educação não comprovou ter conhecimento sobre quantos e quais são os estudantes em risco de evasão escolar. O controle de frequência e a busca ativa, muitas vezes, parecem ficar a cargo somente das escolas. As falas dos técnicos dos Tribunais de Contas a seguir retratam essa realidade:

“Embora tenham afirmado realizar o acompanhamento da frequência e controle das atividades realizadas no sistema de ensino na forma remota ou híbrida, verificou-se que o monitoramento da frequência escolar não é feito de forma eletrônica ou sistematizada pela maioria das secretarias. O procedimento, na maioria dos municípios, é realizado por cada escola, de forma manual, por meio da caderneta escolar. Assim, houve muita divergência entre os dados apresentados, evidenciando as fragilidades do sistema de acompanhamento adotados pelas redes.”

Tribunal de Contas da região Nordeste

“A impressão maior é que o controle sobre a participação dos alunos era precário. As condições estruturais nos domicílios dos estudantes dificultaram muito o ensino remoto, principalmente quanto aos meios digitais.”

Tribunal de Contas da região Sudeste

“Os achados da pesquisa demonstram a ausência de controle na Secretaria Estadual de Educação quanto ao número de alunos que estavam participando das aulas por meio de plataforma eletrônica, por meio de materiais impressos e que não participaram das atividades escolares.”

Tribunal de Contas da região Centro-Oeste

3.2. O que a pesquisa descobriu sobre a situação de participação dos alunos na pandemia

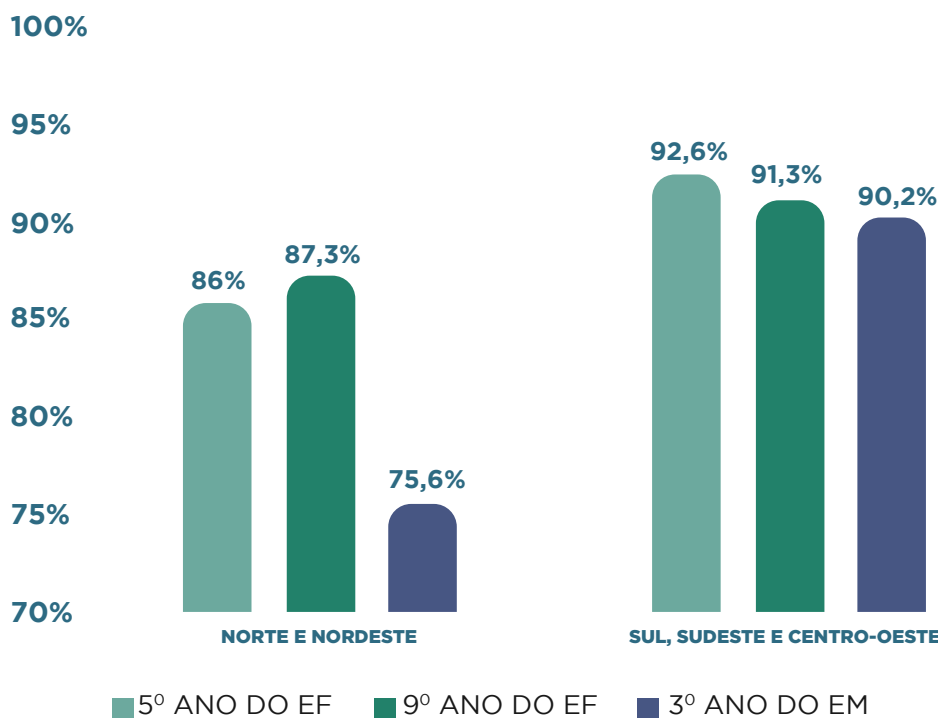
O estudo “Permanência Escolar na Pandemia” buscou trazer informações a respeito da situação de participação dos estudantes das redes municipais e estaduais nas atividades pedagógicas propostas pelas escolas durante a pandemia, usando como referência o mês de abril de 2021. Para ilustrar a realidade do País, essa seção apresenta os resultados divididos por: 1. Média dos índices de participação nas redes estaduais; 2. Média dos índices de participação nas capitais; e 3. Média dos índices de participação nas redes municipais no nível Brasil e por região. Em todos os casos, optou-se por considerar a média simples, isto é, os percentuais foram somados e os resultados divididos pelo número total de redes participantes,

sem ponderar o tamanho e a quantidade de alunos em cada uma — nessa situação, todas adquirem o mesmo peso e importância. A opção por adotar médias simples nos cálculos, é relevante esclarecer, aconteceu diante da dificuldade de se garantir uma cobertura dos Municípios de diferentes perfis e portes. O estudo buscou assegurar, e conseguiu, uma amostra representativa das Secretarias de Educação de todas as regiões brasileiras, sem, no entanto, diferenciá-las entre pequenas, médias ou grandes. As informações são referentes aos estudantes do 5º ano e do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio.

Como explicitado na [seção 3.1. Dificuldade das redes de ensino em relação à sistematização dos dados](#), a inconsistência de muitos dados e documentos apresentados pelas redes de ensino inviabilizou considerar todos os Municípios inicialmente presentes no plano amostral. No caso das redes municipais, os percentuais das regiões consideram as respostas de 724 redes para o 5º ano do Ensino Fundamental e de 478 para o 9º ano, ressaltando que uma mesma rede de ensino pode ter sido considerada tanto no 5º como no 9º ano.

RESULTADOS GERAIS DAS REDES ESTADUAIS

Gráfico 1: Média de participação dos alunos nas redes estaduais

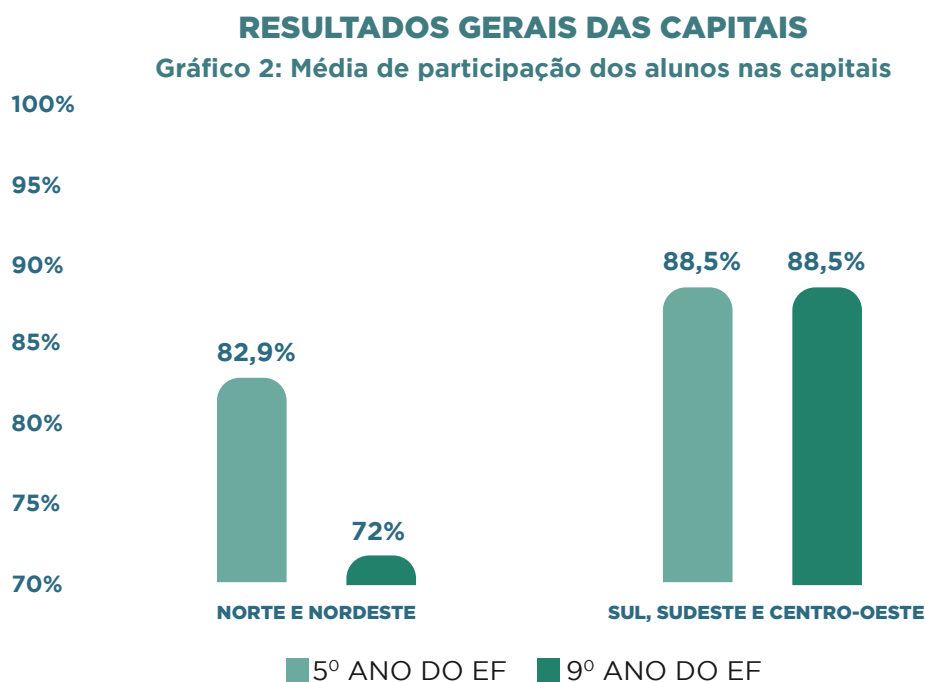


Base total de respondentes: 10 redes estaduais, sendo Centro-Oeste: 2; Nordeste: 4; Norte: 1; Sudeste: 1; Sul: 2.

O gráfico 1 traz uma média simples dos percentuais de participação dos estudantes nas redes estaduais, referentes ao 5º e ao 9º anos do Ensino Fundamental e ao

3º ano do Ensino Médio. Para as redes estaduais⁷, assim como para as capitais (gráfico 2), os resultados foram reportados por regiões — Estados do Norte e Nordeste juntos e Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste juntos. Essa estratégia foi utilizada porque não houve por região um número representativo de capitais e de redes estaduais com dados validados e considerados no estudo. Além disso, a junção visou também garantir a desidentificação das respostas a nível de Secretaria de Educação.

Os resultados obtidos apontam que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, quando comparadas às regiões Norte e Nordeste, tiveram um maior percentual de frequência dos estudantes durante o ensino remoto. No entanto, apesar de o resultado parecer positivo, principalmente para o 5º ano do Ensino Fundamental, é importante destacar que, mesmo nessa etapa, há um contingente muito expressivo de alunos sem participar e/ou que não participou das atividades propostas. Em um contexto pré-pandemia, onde as taxas de evasão e abandono escolares eram quase nulas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a rede possuir um índice de 10% de alunos inativos durante o ensino remoto é uma situação alarmante⁸, que exige adoção de medidas pelo Poder Público visando à reversão desse quadro.



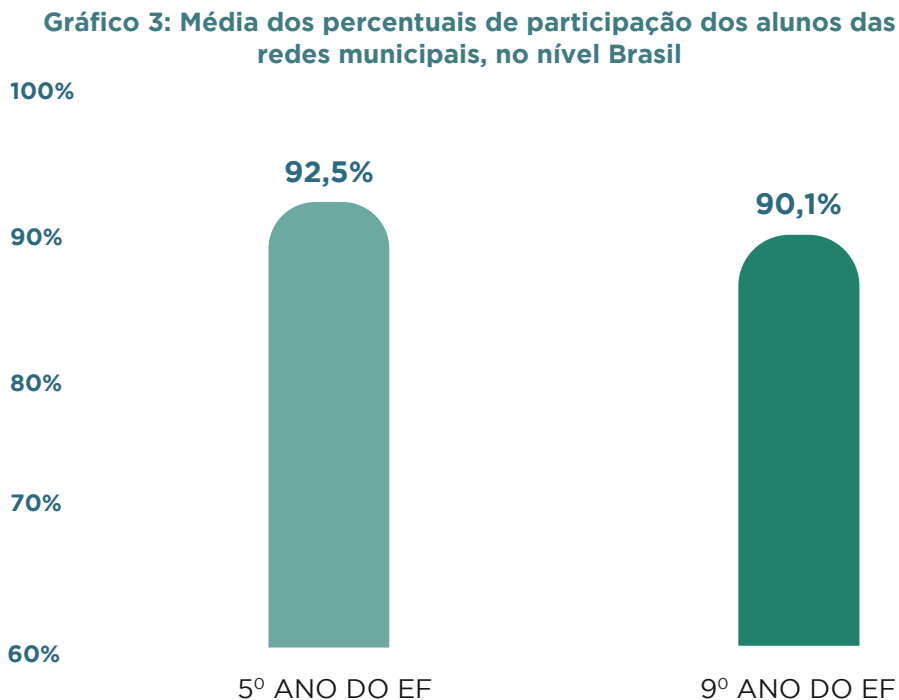
Base total de respondentes: 10 redes estaduais, sendo Centro-Oeste: 2; Nordeste: 4; Norte: 1; Sudeste: 1; Sul: 2.

⁷ As redes estaduais utilizadas neste estudo encontram-se a seguir, por ordem alfabética: Alagoas, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Piauí, Santa Catarina e São Paulo.

⁸ Situação que se torna ainda mais desafiadora quando considerada a possibilidade de superestimação dos dados declarados pelas redes.

O gráfico 2 apresenta as médias dos percentuais de participação dos alunos nas capitais, levando em consideração somente as redes municipais. O 3º ano do Ensino Médio não foi considerado, já que a etapa é de oferta prioritária dos Estados e não dos Municípios, conforme prevê a Lei nº 9.394/1996. Optou-se também por agrupar os resultados por regiões a fim de não permitir a identificação das respostas. Para as análises, foram utilizados dados de 14 redes de ensino⁹.

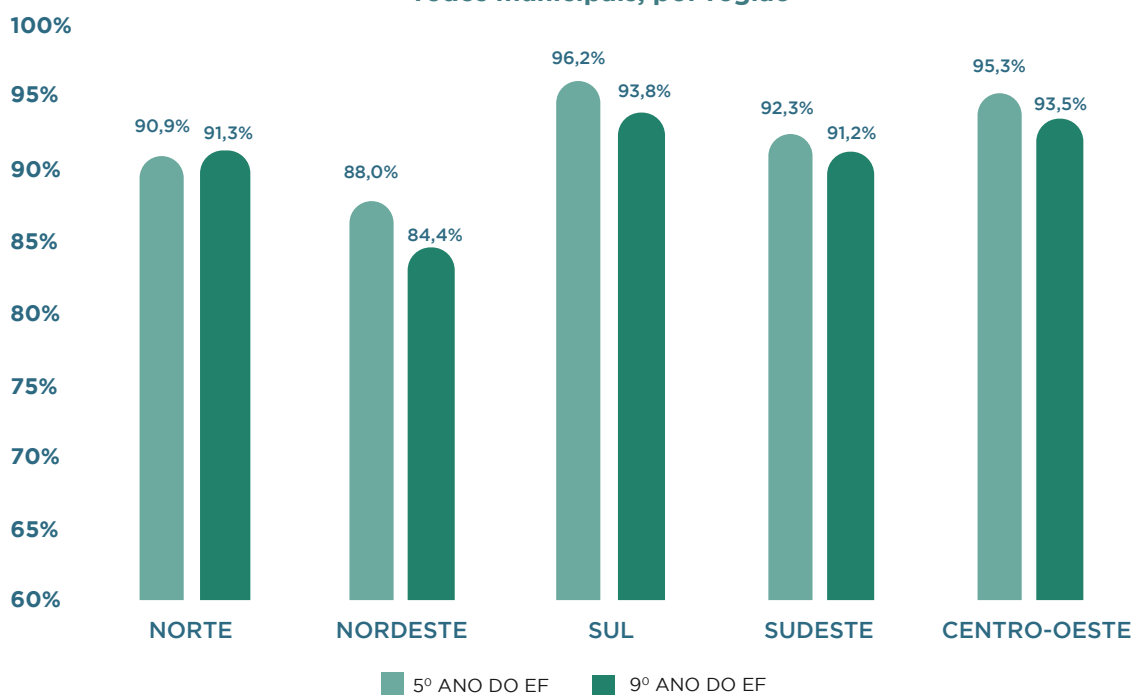
O padrão observado segue o mesmo das redes estaduais: regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste com índices mais elevados de participação e regiões Norte e Nordeste com percentuais mais baixos. Além disso, as médias do 5º ano do Ensino Fundamental são mais altas que as do 9º ano. Esses já eram resultados esperados. Todavia, chama a atenção o fato de que quase 30% dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de escolas municipais do Norte e Nordeste, localizadas nas capitais, estavam sem participar das atividades escolares durante o período de realização da pesquisa (o mês de referência foi abril de 2021). Apesar de as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentarem índices de participação mais elevados, a situação também é preocupante, já que mais de 10% dos estudantes não participaram de aulas on-line e/ou entregaram atividades, estando, portanto, mais vulneráveis ao abandono e à evasão.



Foram consideradas 724 redes para o 5º ano e 478 redes para o 9º ano.

⁹ Os nomes das capitais encontram-se a seguir, por ordem alfabética: Aracaju/SE, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, João Pessoa/PB, Natal/RN, Palmas/TO, Porto Velho/RO, Rio de Janeiro/RJ, São Luís/MA, São Paulo/SP, Teresina/PI e Vitória/ES.

Gráfico 4: Média dos percentuais de participação dos alunos das redes municipais, por região



Base total de respondentes para o 5º ano: 724 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 111; Nordeste: 172; Norte: 132; Sudeste: 171; Sul: 138. Base total de respondentes para o 9º ano: 478 redes municipais, sendo Centro-Oeste: 69; Nordeste: 165; Norte: 93; Sudeste: 95; Sul: 56.

Os gráficos 3 e 4 mostram as médias dos percentuais de participação dos estudantes do 5º e do 9º anos do Ensino Fundamental nas atividades pedagógicas propostas pelas escolas durante a pandemia. Como é possível observar, com exceção da região Norte, em todas as demais, o 5º ano apresentou um percentual de participação mais elevado quando comparado ao 9º ano. A região Sul foi a que obteve o maior percentual de frequência dos estudantes, com índice de 96,2% para o 5º ano e 93,8% para o 9º ano. Apesar de a taxa mais baixa de participação ter sido registrada no Nordeste, nota-se um percentual alto de alunos em risco de evasão em todas as regiões, situação que inexistia no contexto pré-pandemia.

Ressalta-se que os resultados apresentados no gráfico 4 foram obtidos a partir de uma média simples de todos os Municípios de uma determinada região. Por exemplo, para a região Norte, gerou-se a média dos percentuais de 132 Municípios. Caso fossem consideradas as médias ponderadas das regiões, os resultados seriam diferentes; a tabela com as médias ponderadas encontra-se disposta no [Anexo II](#). No caso do Brasil (gráfico 2), foi feita também uma média simples de todas as redes municipais analisadas.

Como a pesquisa teve como um dos objetivos fornecer um panorama nacional da situação de participação dos estudantes durante o ensino remoto, o plano amostral foi construído de forma que os resultados obtidos representassem a realidade do Brasil. Foi definido, para cada uma das regiões do País, o número de Municípios que deveriam responder aos questionários, com titulares e substitutos. Apesar dos inevitáveis casos de não resposta – como mencionados anteriormente – o princípio da aleatoriedade não foi violado, permitindo resultados próximos da realidade. Apenas para ter um parâmetro do que eles ilustram, foram calculados os intervalos de confiança (apresentados na Tabela 1), considerando a variabilidade das respostas obtidas.

Tabela 1. Taxa de participação dos alunos nas regiões considerando o intervalo de confiança

REGIÃO	5º ANO	9º ANO
	Taxa de participação (IC)	Taxa de participação (IC)
NORTE	89% a 93%	89% a 93%
NORDESTE	87% a 91%	84% a 89%
SUL	95% a 98%	91% a 97%
SUDESTE	91% a 94%	89% a 94%
CENTRO-OESTE	92% a 96%	91% a 96%

*Intervalo de confiança calculado pelo lede.

O estudo buscou, ainda, informar sobre as situações mais precárias de participação dos estudantes por região do País, criando um alerta àquelas que necessitam de um olhar atento para os estudantes em risco de evasão escolar. Para a apresentação dos dados, foram criadas três categorias: 1. redes com percentual de participação entre 90% e 100%, situação mais favorável; 2. redes com percentual de participação entre 80% e 90%; e 3. redes com percentual de participação entre 50% e 80%, situação mais grave, lembrando que redes com percentuais abaixo de 50% foram desconsideradas.

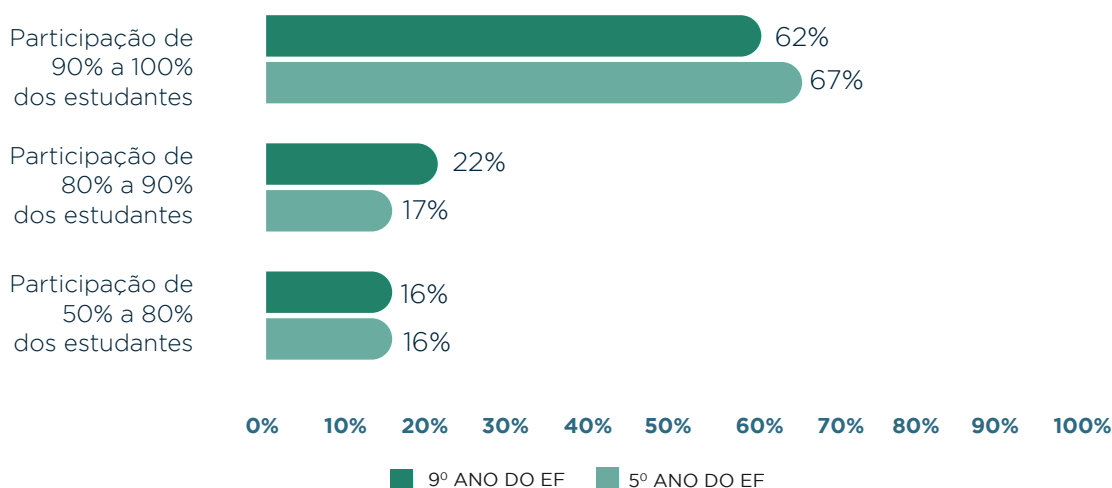
Os gráficos dispostos abaixo indicam que a região Sul apresentou o maior percentual de redes com participação dos estudantes entre 90% e 100%. Para o 5º ano do Ensino Fundamental, 87% das redes registraram participação de mais de 90% dos estudantes nas atividades propostas (correspondendo a 120 Municípios); para o 9º ano, esse percentual alcançou 82% (o que corresponde a 46 Municípios).

A região Centro-Oeste também apresentou índices mais elevados de participação dos alunos comparativamente às demais regiões do País. De um total de 111 redes que atendem a alunos do 5º ano, 92 apresentaram dados que indicam que mais de 90% dos estudantes dessa etapa de ensino estavam realizando as atividades pedagógicas propostas (83% da amostra).

Apesar dessas regiões terem apresentado os cenários mais favoráveis em relação à manutenção do vínculo entre aluno e escola, não se pode considerá-los adequados. Muito pelo contrário: um percentual de 10% dos alunos sem participação nas aulas/atividades remotas é preocupante e requer atenção. E, quanto antes houver a atuação da rede de proteção, com engajamento dos gestores públicos, envolvimento dos atores intersetoriais e conscientização das famílias, maior será o potencial de sucesso para prevenir que esses casos se transformem, de fato, em números de evasão escolar.

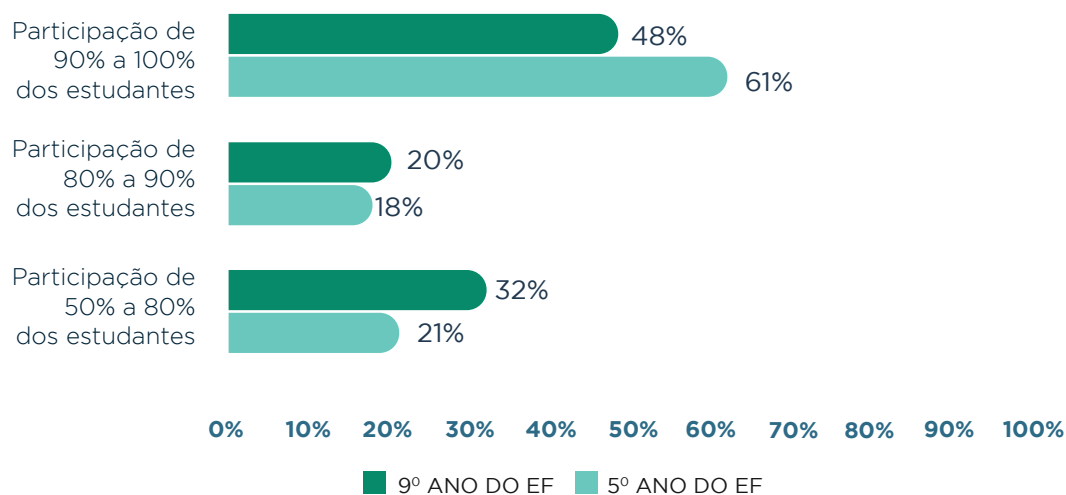
A situação mais crítica foi registrada na região Nordeste, já que apenas 61% das redes analisadas apresentaram percentual de participação de alunos acima de 90% para o 5º ano. Para o 9º ano, menos da metade dos Municípios da amostra conseguiram manter o vínculo com, pelo menos, 90% de seus alunos matriculados. E, em 32% das redes de ensino contempladas na amostra deste estudo, os registros referentes ao 9º ano indicam que as atividades propostas foram realizadas por menos de 80% dos alunos no Nordeste.

Gráfico 5: Percentual de participação dos estudantes das redes municipais na região Norte



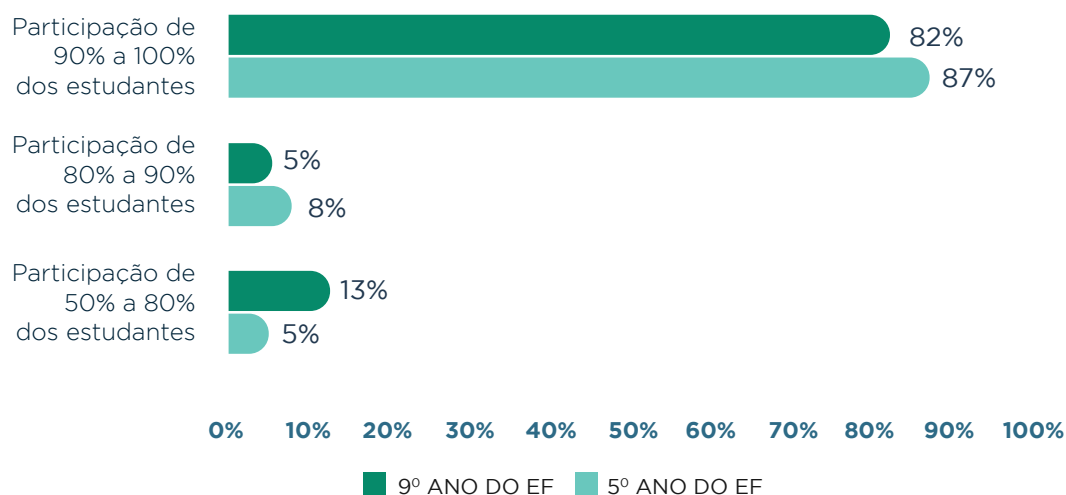
Base total de respondentes para o 5º ano: 132 redes municipais da região Norte.
Base total de respondentes para o 9º ano: 93 redes municipais da região Norte.

Gráfico 6: Percentual de participação dos estudantes das redes municipais na região Nordeste



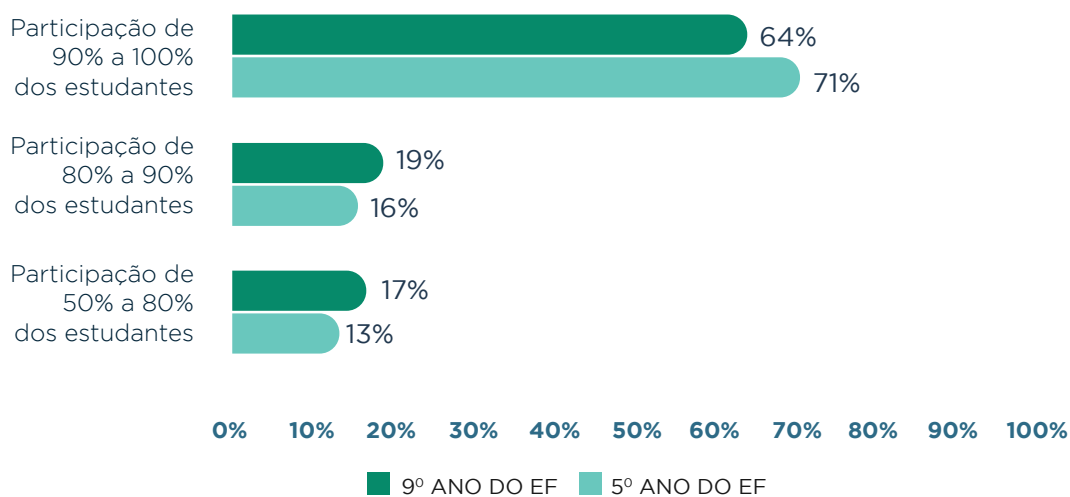
Base total de respondentes para o 5º ano: 172 redes municipais da região Nordeste.
 Base total de respondentes para o 9º ano: 165 redes municipais da região Nordeste.

Gráfico 7: Percentual de participação dos estudantes das redes municipais na região Sul



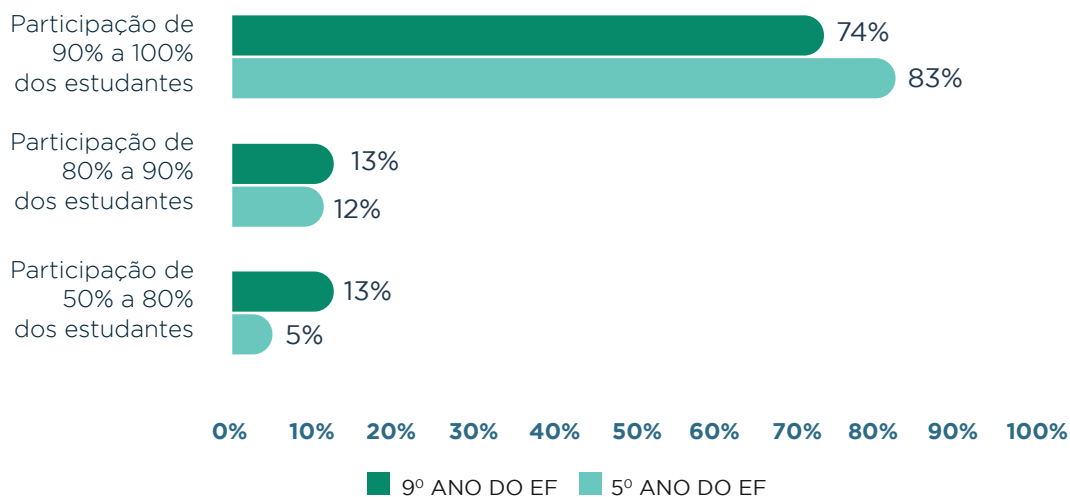
Base total de respondentes para o 5º ano: 138 redes municipais da região Sul.
 Base total de respondentes para o 9º ano: 56 redes municipais da região Sul.

Gráfico 8: Percentual de participação dos estudantes das redes municipais na região Sudeste



Base total de respondentes para o 5º ano: 171 redes municipais da região Sudeste.
 Base total de respondentes para o 9º ano: 95 redes municipais da região Sudeste.

Gráfico 9: Percentual de participação dos estudantes das redes municipais na região Centro-Oeste



Base total de respondentes para o 5º ano: 111 redes municipais da região Centro-Oeste.
 Base total de respondentes para o 9º ano: 69 redes municipais da região Centro-Oeste.

Os números apresentados nos gráficos impressionam: se, até 2020, as taxas de atendimento às crianças e adolescentes de 6 a 14 anos vinham se elevando gradativamente, a pandemia tem mostrado seu potencial deletério de desfazer os avanços que eram sentidos nessa área. Os gráficos mostram que, em todas as regiões, há Municípios cujas redes de ensino mantinham menos de 80% de seus alunos realizando as atividades da sua escola.

3.3. Práticas das redes de ensino durante a pandemia

A etapa seguinte da pesquisa consistiu, a partir do mapeamento das práticas das redes de ensino, em identificar aquelas que apresentaram boa sistematização do controle de frequência dos alunos e que conseguiram assegurar a participação de todos, ou quase todos, os estudantes nas aulas (on-line ou presencial) ou na realização das atividades impressas disponibilizadas.

Uma vez identificados os Municípios de destaque nesses dois quesitos, foram realizadas entrevistas com os(as) Secretários(as) de Educação e/ou com gestores(as) da pasta indicados por eles. O intuito foi compreender as ações adotadas pelas Secretarias de Educação para manter o engajamento dos alunos durante o período de ensino remoto e também as práticas em relação à coleta e à organização dos dados de frequência desses estudantes.

Onze redes de ensino participaram dessa etapa da pesquisa, com a presença de, ao menos, uma por região para contemplar diferentes realidades e a diversidade de contextos: Aimorés/MG, Cabreúva/SP, Caravelas/BA, Eugenópolis/MG, Itaipava/RJ, Ji-Paraná/RO, Lucas do Rio Verde/MT, Nova Brasilândia D'Oeste/RO, Ribeira/SP, Rodeio/SC e Santana de Parnaíba/SP.

Embora não possam receber a denominação de 'rede de referência', visto que a metodologia aplicada neste estudo não teve como objetivo realizar as checagens necessárias para garantir essa classificação, as boas práticas identificadas nos relatos têm o potencial de servir de inspiração às redes que buscam formas de aprimorar sua metodologia de enfrentamento à evasão escolar.

A pesquisa qualitativa foi conduzida pelos pesquisadores do lede, sendo o roteiro utilizado para tal dividido em três grandes blocos: 1. Monitoramento e sistematização das informações; 2. Ações para garantir a frequência e participação escolar dos alunos; e 3. Iniciativas de busca ativa junto aos alunos em risco de evasão

(todas as questões do roteiro são apresentadas no [Anexo I](#)). As práticas identificadas a partir das entrevistas estão compiladas a seguir, as quais foram citadas por, pelo menos, uma das redes de ensino contempladas nesta etapa da pesquisa.

Práticas em relação ao monitoramento e à sistematização das informações

- Aos alunos sem acesso à internet, foram disponibilizadas atividades impressas. No momento de buscar os conteúdos nas escolas, os pais ou responsáveis assinavam uma lista de controle. Caso não pudessem ir até a unidade de ensino, havia carros da Secretaria de Educação para a entrega do material na casa do aluno e também para a posterior retirada. Essa foi uma estratégia útil, principalmente, para atender aos estudantes que vivem na zona rural.
- Uso de planilhas on-line salvas no Google Drive, em que a escola fazia o lançamento da frequência do estudante e a Secretaria de Educação tinha acesso ao dado de forma ágil, em tempo real.
- Criação de uma cultura de sistematização de informações, em que todos os professores inseriam os dados de frequência de seus alunos diretamente na planilha disponibilizada pela Secretaria de Educação e salva no Google Drive.
- Formação com os professores para orientá-los sobre o uso das plataformas on-line, tanto para a gravação de conteúdos e aulas como para a organização de informações sobre os estudantes.

O caso das redes municipais de Nova Brasilândia D'Oeste (RO), Ji-Paraná (RO), Lucas do Rio Verde (MT), Italva (RJ) e Aimorés (MG)

A rede municipal de Nova Brasilândia D'Oeste (RO), por atender a um público majoritariamente da zona rural, se reuniu com os gestores das escolas para pensar em estratégias de modo a não deixar nenhum aluno desassistido. A equipe mesclou atividades impressas e on-line. Para aferir a participação dos estudantes, criaram uma cultura de sistematização dos dados, em que os próprios professores já preenchiam essas informações em uma planilha disponibilizada pela Secretaria de Educação e salva no Google Drive. Assim, a Secretaria tinha acesso a essas informações tão logo eram inseridas pelos docentes.

“ O principal que nós fizemos, que deu certo, foi reunir os pais on-line ou por telefone para que pudessem ir à escola de 15 em 15 dias tirar as atividades impressas. No dia da entrega, o próprio professor estava no pátio da escola e cada um era responsável por sua turma. Ele recebia as atividades que o aluno já tinha realizado e entregava o novo pacote. O professor estava ali para fazer a entrega e tirar as dúvidas dos pais. (...) Os professores, em sua maioria, não tinham habilidades com as ferramentas tecnológicas. Fomos fazendo formações, aqueles que foram contratados mais recentemente tinham mais facilidade. Alguns próximos de se aposentar tinham mais dificuldade, mas mesmo assim conseguimos que uma boa parte deles dessem aulas pelo Google Meet, pelo formulário do Google, pelo WhatsApp. ”

Rede municipal de Nova Brasilândia D'Oeste (RO)

O Município de Ji-Paraná (RO), por realizar uma parceria com o Instituto Ayrton Senna, possui uma planilha própria do Instituto para o controle da frequência dos alunos e acompanhamento da evolução dos índices de aprendizagem. Dentro da Superintendência de Gestão da Secretaria de Educação, há uma equipe que faz esse monitoramento.

“ As escolas, através do diretor e do supervisor, sentam com a equipe docente para que eles possam fornecer os dados reais do desenvolvimento do aluno e passam para os coordenadores da Secretaria, que alimentam o sistema. O Instituto Ayrton Senna passa a ter o resultado desse acompanhamento e nós enquanto Secretaria temos uma ferramenta para que a gente possa estar pensando em projetos de recuperação daquilo que não é satisfatório, que o resultado não foi aquilo que planejamos. ”

Rede municipal de Ji-Paraná (RO)

A rede municipal de Lucas do Rio Verde (MT) também fez uso de apostilas impressas e aulas on-line. Para o acesso às aulas, o aluno recebia um link do Google Forms e, por meio dele, fazia as atividades e ganhava presença. O Município, antes mesmo da pandemia, já possuía um sistema de escrituração, ou seja, um sistema para a gestão dos dados administrativos e pedagógicos da rede e para o monitoramento da frequência dos estudantes.

“ Para nós, oficialmente, o controle da presença é o que consta no sistema de escrituração. O professor lança a frequência da turma dele no nosso sistema próprio. Daquele sistema, a gente já gera os dados gerais, aí a gente sabe a frequência daquela turma, quantos alunos fazem a atividade, quantos não fazem, e a gente consegue olhar a nível de escola e a nível da rede toda. Então, a gente tinha esses dados. (...) O sistema de escrituração escolar tem há anos aqui, então isso gera uma prática, os relatórios, tudo o sistema oferece. O desafio foi o professor controlar os links que eram enviados ou as apostilas e alimentar dentro do Google Forms, porque antes ele fazia isso pessoalmente, então era mais tranquilo. Para o professor, deu um pouco mais de trabalho. ”

Rede municipal de Lucas do Rio Verde (MT)

O Município de Italva (RJ), que tem apenas 9 escolas municipais e 999 matrículas no Ensino Fundamental, relatou possuir uma pessoa na Secretaria de Educação responsável pelo recolhimento das informações dos estudantes junto às escolas. O mesmo acontece no Município de Aimorés (MG), em que há 16 escolas e 1.947 matrículas na rede municipal, contabilizando Educação Infantil e Ensino Fundamental.

“ A ideia era que todo o Município tivesse essa noção de rede e, para ter noção de rede, a gente precisava de um ponto de apoio. Então, a nossa coordenadora pedagógica da Secretaria faz esse recolhimento de dados nas escolas. As escolas fecham o que aconteceu, faz toda essa busca de quantitativo, de aluno por aluno, realidade por realidade e passam para a pessoa que é essa ponte nossa com as escolas. Então, a gente tem uma pessoa que busca esses dados que a escola envia. A gente vai até a escola e consegue esses dados. ”

Rede municipal de Italva (RJ)

“ Pedimos a cada escola que fizesse o acompanhamento dos alunos, quem estava assistindo às aulas on-line e entregando as atividades. Os professores repassavam para o pedagógico, que passava para o diretor da escola que, a cada mês, enviava para a Secretaria de Educação. Todas as escolas tinham uma planilha igual de acompanhamento para preencher. (...) Todo dia 20 do mês a Secretaria recebe essas informações das escolas. Uma pessoa da equipe técnica é responsável por receber, analisar e encaminhar um relatório dos dados para a Secretaria de Educação. (...) Um dos principais desafios em relação ao monitoramento é não ter um sistema informatizado para acompanhamento das escolas. É algo feito manualmente: as escolas enviam os dados todo mês e a gente consolida as informações. ”

Rede municipal de Aimorés (MG)

Práticas para garantir a frequência e a participação escolar dos alunos

- Parceria entre o professor e as famílias, com contato frequente, principalmente, via WhatsApp.
- Atendimento individualizado dado ao estudante, por meio, principalmente, de videochamadas.
- Abertura dos laboratórios de informática das escolas para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, sem acesso a computador e/ou internet em casa, para que pudessem acompanhar as aulas on-line.
- Uso constante das redes sociais para comunicação com os estudantes e para o envio de conteúdos pedagógicos.
- Ações específicas da Secretaria de Educação para manter o engajamento dos alunos e dos responsáveis durante o ensino remoto, tais como os programas “Plantão de Dúvidas” e “Professor Me Liga”.
- Acompanhamento semanal, feito pelas escolas, das atividades realizadas pelos alunos.

O caso das redes municipais de Nova Brasilândia D'Oeste (RO), Ji-Paraná (RO), Lucas do Rio Verde (MT), Santana de Parnaíba (SP) e Italva (RJ)

A rede municipal de Nova Brasilândia D'Oeste (RO) enfatizou a importância das ações realizadas com as famílias para manter o engajamento dos alunos durante a pandemia. Segundo a rede, foram criados grupos de WhatsApp por turma, em que tanto o gestor escolar como o supervisor acompanhavam.

“Teve um trabalho bem bacana que as escolas fizeram com a família, porque se a família não tivesse abraçado a causa junto, não teria acontecido nada. Nós devemos muito aos pais.”

Rede municipal de Nova Brasilândia D'Oeste (RO)

A rede municipal de Ji-Paraná (RO) relatou que o diferencial para garantir uma alta participação dos alunos foi o atendimento individualizado dado aos estudantes. Já a rede municipal de Lucas do Rio Verde (MT) destacou a motivação e o engajamento dos professores. Era comum, de acordo com a Secretaria de Educa-

ção de Lucas do Rio Verde, os educadores entrarem em contato com os pais à noite, por ser mais fácil encontrá-los em casa. Essa disponibilidade dos profissionais, no entender dos entrevistados, foi fundamental para que o Município atingisse uma média alta de participação dos estudantes tanto nos anos iniciais como nos finais do Ensino Fundamental.

“ O atendimento individualizado por meio da videochamada foi fundamental para passar as orientações mais detalhadas. O aluno precisa se sentir acolhido. Não permitimos que a pandemia afastasse o aluno do professor. O elo com a escola e com o professor foi importante. ”

Rede municipal de Ji-Paraná (RO)

“ O primordial foi o engajamento do professor, a interação do professor com o aluno no grupo do WhatsApp. O engajamento do professor e a parceria entre professor e a família foi bem importante em vários momentos. (...) O engajamento dos alunos dos anos iniciais foi maior, até pelas famílias serem mais próximas. O engajamento dos professores contribuiu com a participação dos alunos dos anos finais também. O esforço que tiveram com esses estudantes foi maior. ”

Rede municipal de Lucas do Rio Verde (MT)

A rede municipal de Santana de Parnaíba (SP) adotou uma estratégia interessante: abriu os laboratórios de informática para os estudantes sem acesso à internet, buscando manter o vínculo do aluno com a escola. Para a Secretaria de Educação, o uso constante das redes sociais, incluindo o WhatsApp, contribuiu para garantir uma alta participação dos alunos durante o ensino remoto. A rede também criou os programas “Plantão de Dúvidas” e “Professor Me Liga”.

“ Uma coisa que nos ajudou demais na pandemia foi uma cultura que nós temos de ter a presença dos pais no Facebook dos colégios, porque é uma cultura nossa postar frequentemente atividades pedagógicas dos alunos em redes sociais. Então, 1º ano A fez atividade tal, 2º ano B fez atividade tal, então o que ajudou nesse momento foi esse acesso fácil, onde os pais sabiam das atividades dos alunos. (...) Durante a pandemia, criamos algo que foi inovador que é o “Professor Me Liga”, que funcionava assim: tínhamos uma sala na Secretaria de Educação com todos os professores de todas as disciplinas com tablets fazendo videochamadas. O pai entrava em contato com nosso plantão de atendimento, relatando a dificuldade do filho e o professor ligava para o filho dele no horário de aula e perguntava quais eram as dúvidas, e aí o professor explicava a matéria por videochamada. O aluno não tinha que gastar nada, ele só mandava uma mensagem com o telefone dele e nós entrávamos em contato. Fizemos isso durante um longo tempo. Importante ressaltar que durante o período 100% remoto, tínhamos também uma escala nas escolas de plantão de dúvidas para os alunos através de WhatsApp. ”

Rede municipal de Santana de Parnaíba (SP)

A rede municipal de Italva (RJ) afirmou que o acompanhamento frequente das atividades feitas pelos estudantes foi o ponto chave para mantê-los engajados. A Secretaria de Educação orientou as escolas a realizarem um acompanhamento semanal para não acumular atividades e, com isso, desanimar os estudantes.

“ Já é complicado que as crianças atendam essas atividades de forma remota, eles não têm ajuda do professor presencialmente, então é um desafio grande fazer essas atividades sozinhos. Muitos pais não sabem ler, muitos trabalham o dia inteiro e nenhum é professor. Então, quando a gente consegue acompanhar de perto a atividade, não acumula. A gente percebe que quando a criança acumula atividade, ela desanima. A ação que mais dá efeito é isso: não deixar acumular. ”

Rede municipal de Italva (RJ)

Práticas de busca ativa junto aos alunos em risco de evasão

- Apoio da Secretaria de Educação às escolas para buscar alunos em risco de evasão.
- Ações de intersetorialidade (parceria da Secretaria com a Assistência Social e com o Conselho Tutelar).

O caso das redes municipais de Lucas do Rio Verde (MT), Italva (RJ), Aimorés (MG) e Caravelas (BA)

Na rede municipal de Lucas do Rio Verde (MT), a prática do gestor escolar de ir em busca do aluno faltoso já era comum antes mesmo do contexto de pandemia. O Município possui um programa chamado “Anjos da Escola”, que auxilia na busca dos estudantes em risco de evasão.

“ O Município já tem uma prática adotada há muitos anos que é o gestor escolar ir atrás do aluno que está faltando. O professor percebeu que o aluno faltou por um período, já mobiliza a equipe gestora e o gestor vai atrás desse aluno. As escolas já tinham essa prática antes da pandemia: ir até a residência, saber o que aconteceu; fazer essa investigação. No tempo da pandemia não deixou de acontecer também esse movimento e temos um programa aqui que chama “Anjos da Escola” que tem vários profissionais, entre eles a assistente social. Se o gestor não conseguir informações desse aluno, é encaminhado para o “Anjos da Escola”, onde os profissionais de lá fazem esse atendimento, essa busca aos alunos ausentes. ”

Rede municipal de Lucas do Rio Verde (MT)

A rede municipal de Italva (RJ) relatou a existência de uma parceria interessante com o Conselho Tutelar. A rede também conta com uma equipe multidisciplinar para auxiliar nas questões extraescolares que impedem os alunos de participarem das atividades. A existência dessa equipe foi vista como um ponto muito forte pela rede, como um suporte essencial para que o trabalho desse certo. A rede municipal de Caravelas (BA) também reforçou a importância da intersetorialidade (parceria da Secretaria de Educação com os agentes de Saúde, por exemplo) para ir em busca dos alunos mais vulneráveis.

“ A gente tem uma equipe multidisciplinar, onde tem psicopedagogo, assistente social, fonoaudiólogo e psicólogo. Essa equipe tem ajudado muito a gente, porque às vezes o problema da criança é devido ou a uma situação social (seja conflito familiar, abandono por parte de pai, de mãe) ou até questões de tentativa de suicídio, umas questões assim mais complexas. Então, essa equipe ajuda muito, porque ela vai até a família, conversa com a família. A assistente social consegue marcar consulta médica, consegue levar essa criança até um atendimento com o psicólogo. A gente tem o caso de uma criança que o pai trabalha na lavoura o dia inteiro e as crianças ficam com o avô, que é analfabeto e quase não enxerga. O pai só chega em casa ao final do dia e não pode parar de trabalhar porque é ele que sustenta a família. Então, essa equipe vai à casa do pai à noite, fora do horário de trabalho e senta com o pai, isso na roça, não é no centro não. A gente conseguiu um carro e a equipe foi conversar com o pai, para orientar o pai, para ver que tipo de ajuda que podia oferecer para esse pai para que as crianças não desistissem da escola, que conseguissem finalizar o ano. ”

Rede municipal de Italva (RJ)

“ Temos parceria com os agentes de saúde, que são importantíssimos, porque esses agentes já trabalham com essas famílias, já vão de casa em casa e eles têm um aparelho, que é um tablet, onde eles lançam todos os dados dessas famílias e aí a gente já está ali com esse trabalho de busca ativa porque teremos mais fácil acesso aos alunos que estão fora da escola, que não estão conseguindo fazer as atividades. ”

Rede municipal de Caravelas (BA)

A rede municipal de Aimorés (MG) afirmou que os professores trabalham junto aos coordenadores pedagógicos e aos diretores escolares para alcançar os alunos em risco de evasão. Segundo a rede, o diferencial do Município foi ter feito o trabalho de busca ativa desde o começo da pandemia para manter os alunos vinculados à escola.

“ Temos distrito em que o diretor foi atrás desses alunos de carro. Não ficou ninguém (que não entregava atividades/que não participava) sem a visita da escola. ”

Rede municipal de Aimorés (MG)

4. Considerações finais e implicações para políticas públicas

O projeto “Permanência Escolar na Pandemia” foi criado com o objetivo principal de mapear a situação dos estudantes das redes municipais e estaduais de ensino em relação à participação em aulas on-line e entrega de atividades impressas durante a pandemia, a fim de compreender quantos alunos mantinham vínculo com a escola no período. Ao longo da pesquisa — que aconteceu entre maio e setembro de 2021 —, identificou-se que grande parte das Secretarias de Educação que participaram deste estudo não tinha, de forma sistematizada e organizada, informações sobre a frequência dos estudantes vinculados à sua rede de ensino. Essa realidade trouxe novos achados para esta pesquisa, como o reconhecimento de redes com uma boa sistematização dos dados, e a constatação de que ainda há muito a se melhorar nesta seara, dada a ausência (ou quase ausência) de um monitoramento da frequência dos alunos no nível das redes de ensino.

Quando solicitadas a enviar documentos comprobatórios da frequência dos estudantes, parte das redes não possuía tal registro; outras encaminharam documentos (como foto do diário de classe dos professores ou de atividades entregues aos alunos) que não atendiam ao requisitos mínimos para que fossem validados como consistentes aos fins a que se propunham. Uma minoria enviou planilhas ou outros arquivos que, de fato, mostravam quantos estudantes, do total de matriculados na rede, estavam participando das atividades propostas. Isso evidenciou que, na maioria das redes estaduais e municipais do País, o controle sobre a participação dos estudantes ao longo da pandemia ficou apenas a cargo das escolas. Esse é um ponto muito preocupante revelado pelo estudo, já que essas informações deveriam ser também de ciência das redes de ensino, inclusive, para que pudessem identificar quais são as escolas sob sua responsabilidade em que há menor taxa de participação dos alunos e que, por isso, precisam de um suporte maior para evitar casos de abandono e evasão escolar.

Em relação à permanência dos estudantes em si, foco inicial do estudo, foram identificadas realidades diferentes pelo País: a região Sul é a que apresentou o percentual mais alto de participação dos alunos no 5º ano do Ensino Fundamental, na rede municipal, com 96%. Na sequência, ficaram as regiões Centro-Oeste (95%), Sudeste (92%), Norte (91%) e Nordeste (88%). No 9º ano do Ensino Fundamental, os percentuais foram mais baixos do que os registrados no 5º ano — exceto na região Norte do País (91%): Sul (94%), Centro-Oeste (93%), Sudeste (91%) e Nordeste (84%).

Em um primeiro momento, esses números, superiores a 80%, podem parecer altos, mas, na realidade, não são. É preciso analisá-los em perspectiva aos índices que o Brasil tinha de atendimento escolar em 2019, antes da pandemia de Covid-19. De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, do Todos pela Educação, em 2019, 99,7% das crianças e jovens de 6 a 14 anos estavam na escola. Tal número indica que o acesso educacional nessa faixa etária estava praticamente universalizado. Apenas a título de exemplificação, hoje, a região Sul, que possui o percentual mais alto de participação no 5º ano (96%), ainda está distante da taxa de atendimento da população de 6 a 14 anos que o Brasil tinha há quase uma década, em 2012, com 98%.

No Nordeste, o estudo revela que, já nos anos iniciais, mais de 10 a cada 100 alunos não tiveram contato frequente com as escolas — não participaram de atividades on-line ou realizaram tarefas impressas — ao longo da pandemia. Esses estudantes correm risco de evadir do sistema. E, caso isso se confirme, o Brasil estará diante de um cenário dramático.

O estudo “Cenário da Exclusão Escolar no Brasil – um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação”, publicado em abril de 2021 pelo UNICEF com o CENPEC, indicou que, em novembro de 2020, mais de 5 milhões de crianças e jovens não tiveram acesso à educação no Brasil¹⁰, número que revela um retrocesso de quase 20 anos. Este estudo do Iede e do CTE-IRB, em parceria com os Tribunais de Contas, não estima qual o montante, em números absolutos, de estudantes fora da escola atualmente. Mas, pelos percentuais de permanência escolar encontrados nas regiões, a pesquisa sugere que o Brasil realmente pode retroceder décadas no acesso de crianças e jovens à educação se não houver políticas públicas céleres que priorizem essa questão.

Uma das contribuições deste estudo é ajudar na identificação das regiões prioritárias, que precisam de ações contundentes para se evitar uma evasão em massa dos estudantes. Nesse sentido, o Nordeste certamente é uma delas. Em relação às etapas de ensino, os dados mostram que os desafios já são grandes no 5º ano do Ensino Fundamental, mas se intensificam no 9º ano e ainda mais no 3º ano do Ensino Médio. Como as redes municipais, em geral, não ofertam o Ensino Médio (a etapa é de responsabilidade prioritária da rede estadual, como estabelece a Lei nº 9.394/1996), este estudo traz os dados referentes a 10 redes estaduais¹¹, que tiveram os dados e documentos validados pelos pesquisadores.

¹⁰ Dados do IBGE – Pnad Covid-19, nov. 2020.

¹¹ Sendo 8 redes com documentos do 5º ano, 10 redes com documentos do 9º ano e 8 redes com documentos do 3º ano do Ensino Médio

Nas redes estaduais da região Norte e Nordeste, o índice de participação no 3º ano do Ensino Médio foi de 75,6%. Nas redes do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, foi de 90,2%. Esses índices também são um alerta, especialmente em razão do contexto já desafiador do Ensino Médio brasileiro, em que a universalização do acesso ainda estava longe de ser atingida antes mesmo da pandemia. O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021 mostrou que, em 2019, 92,5% dos jovens de 15 a 17 anos estavam matriculados na escola, mas somente 71,1% cursando o Ensino Médio (os demais estavam em etapas anteriores).

Outra frente do estudo foi entender as ações das redes que apresentavam boa sistematização dos dados e alta taxa de frequência dos estudantes, conseguindo garantir a participação de todos eles ou de quase todos. Para isso, foram conduzidas entrevistas com 11 redes municipais de ensino. Dentre as práticas consideradas importantes pelas redes para aferir a frequência dos alunos durante o ensino remoto, destacaram-se: adoção de lista de assinatura dos pais e/ou responsáveis para controle da retirada e devolução de atividades impressas; uso de planilhas on-line do Google Drive alimentadas pelas escolas e acompanhadas pelas Secretarias de Educação; e formação dos educadores para o uso das plataformas on-line. No caso das práticas específicas para manter os alunos motivados e diminuir o risco de evasão, as redes foram unânimes em ressaltar a importância da parceria com as famílias e de realizarem, ao longo de todos os meses de escolas fechadas, contato frequente com os alunos e os responsáveis por meio de redes sociais, WhatsApp, ligações, ou mesmo através de visitas domiciliares àqueles que não possuíam recursos tecnológicos e/ou não respondiam às tentativas de comunicação.

Espera-se, por fim, que os resultados deste estudo possam sensibilizar os gestores educacionais sobre a urgência de se criar uma cultura de monitoramento e sistematização de dados no nível da Secretaria de Educação. Além disso, trazer subsídios para uma atuação intersetorial, de forma que não apenas as Secretarias de Educação como também outros órgãos governamentais, como as Secretarias de Planejamento e os próprios Tribunais de Contas, possam, dentro de sua seara, contribuir de forma efetiva para a permanência escolar, assegurando que cada escola tenha o suporte necessário para garantir que nenhuma criança ou jovem seja deixado para trás.

Bibliografia

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 5 out. 1988.

CTE-IRB/IEDE. Educação que Faz a Diferença, 2020.

CTE-IRB/IEDE. Planejamento das redes de ensino para a volta às aulas presenciais: saúde, permanência e aprendizado, 2020.

CTE-IRB/IEDE. A Educação não pode esperar: ações para minimizar os impactos negativos à educação em razão das ações de enfrentamento ao novo coronavírus, 2020.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Educação escolar em tempos de pandemia, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO PENÍNSULA. Relatório de Pesquisa. Sentimento e Percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil, 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). Education at a Glance 2021. Paris: OCDE, 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021. São Paulo: Editora Moderna.

UNESCO. Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020: Inclusão e educação para todos. Paris, UNESCO, 2020.

UNICEF. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil - um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação, 2021.

Anexos

Anexo I: Metodologia do estudo

O estudo “Permanência Escolar na Pandemia” só foi possível, ressalta-se, graças à participação diligente dos técnicos de 30 Tribunais de Contas do País que aderiram ao projeto. Eles participaram da concepção da pesquisa e foram os responsáveis pelo contato com as Secretarias de Educação, pelo envio dos questionários às redes de ensino e pela posterior validação das informações e dos documentos apresentados. No dia 28 de maio, as equipes designadas pelos TCs passaram por uma formação on-line, onde foram apresentadas as informações do projeto, incluindo o plano amostral por Estado e região, com os respectivos intervalos de confiança. A seleção das redes ocorreu de forma aleatória, resultando em uma amostra significativa por região. Redes localizadas em 23 Estados e no Distrito Federal compõem os resultados desta pesquisa¹²; todas as 5 regiões do Brasil foram contempladas na amostra.

O plano amostral para cada UF foi composto de Municípios titulares e suplentes. O número de suplentes era proporcional ao tamanho do Estado — Estados com maior quantidade de Municípios tinham mais opções de reservas. Cada Tribunal de Contas ficou responsável por entrar em contato com os Municípios titulares sob sua jurisdição. Caso a rede titular não respondesse ao questionário em tempo hábil, a equipe do TC deveria acionar a rede suplente. Para cada titular, havia um reserva, de modo a alcançar o maior número de Municípios da amostra, não perdendo o princípio da aleatoriedade. Diferentemente das demais redes de ensino, as das capitais e estaduais foram preliminarmente incluídas de forma censitária no estudo. No entanto, não foi possível obter todas as respostas desses grupos, seja por não atendimento da solicitação enviada pelos TCs às redes de ensino sob sua jurisdição, seja por estarem localizadas em Estados cujos TCs não participaram do estudo.

Dentre as 20 redes estaduais que responderam ao questionário, foram usados os dados de 9 redes para o 5º ano do Ensino Fundamental; 10 redes para o 9º ano; e 8 redes para o 3º ano do Ensino Médio. Em relação às capitais, de 19 redes respondentes, foram usados dados de 14 para o 5º ano e 13 para o 9º ano do Ensino Fundamental.

¹² Redes de ensino dos Estados do Acre, do Ceará e de Roraima não fizeram parte da pesquisa em razão da não participação dos Tribunais de Contas dessas localidades.

Os seguintes materiais foram disponibilizados às equipes dos Tribunais de Contas, para serem consultados antes do início da coleta de dados junto às redes de ensino:

	MATERIAL / EVENTO	OBJETIVO
1	Lista das redes selecionadas, disponível na planilha on-line.	Listagem da amostra de redes, por UF, nas quais os técnicos dos TCs fariam a coleta de dados.
2	Treinamento pré-coleta.	Realização de capacitação (formato on-line) aos técnicos dos TCs, visando apresentar o projeto, seus principais objetivos e os materiais elaborados para a realização das etapas de trabalho. O evento serviu como espaço para definições conjuntas acerca de encaminhamentos do projeto e aprimoramentos dos materiais apresentados. Ocorrida em 28 de maio, a capacitação foi gravada e pôde ser assistida por aqueles que não conseguiram participar virtualmente no dia.
3	Contato com as redes selecionadas.	Com a autorização do respectivo Tribunal, os técnicos deveriam entrar em contato com as redes indicadas e a) enviar o questionário; b) verificar os documentos e dados enviados pelas redes de ensino; e c) validar e atualizar a planilha Status.
4	Tabela com os dados enviados pelas redes a serem validados pelas equipes dos TCs, disponível na planilha on-line.	A planilha Status contemplava os aspectos que deveriam ser analisados e validados pelos técnicos dos TCs ao longo da coleta. Havia um espaço na planilha para que pudessem ser registradas as justificativas das marcações preenchidas da tabela.
5	Pasta compartilhada com os arquivos enviados pelas redes de ensino.	Na respectiva pasta, os técnicos dos TCs tinham acesso às documentações enviadas pelas redes para que pudessem analisar e validar as informações.

Uma vez apresentadas as etapas e os materiais, as equipes foram habilitadas para iniciar o trabalho junto às redes.

Instrumento de coleta

A ferramenta do Google Forms foi o instrumento utilizado para coletar informações das redes de ensino selecionadas na amostra. O questionário era composto

por 4 seções: 1) apresentação do estudo; 2) informações sobre a rede; 3) monitoramento das ações; e 4) dados referentes ao quantitativo de matrículas e de estudantes com participação efetiva nas atividades pedagógicas propostas pela rede de ensino/escola, caracterizando frequência escolar. Nessa etapa, era solicitada a inclusão de documentos respaldando os números informados.

O primeiro bloco descrevia a pesquisa, a metodologia e os objetivos. O segundo solicitava informações de identificação da rede de ensino. Já o terceiro questionava as ações adotadas pelas redes durante a pandemia para combater a evasão e o abandono escolares. Por fim, o quarto bloco levantava informações sobre a participação dos alunos (5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio) nas atividades pedagógicas ofertadas pelas escolas durante esse período. A seguir estão as questões do questionário enviado às redes de ensino:

SEÇÕES	ITEM	PERGUNTAS
Apresentação do estudo		Senhor(a) Secretário(a) de Educação, o projeto “Permanência Escolar na Pandemia” é uma iniciativa do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), em parceria com os Tribunais de Contas, que visa a mapear a participação dos estudantes das redes municipais e estaduais durante o período da pandemia.
Informações sobre a rede e o respondente	1	E-mail?
	2	Nome?
	3	Qual é a sua função atual na rede de ensino em que atua?
	4	E-mail institucional?
	5	Você representa uma rede estadual ou municipal?
	6	Assinale quais etapas sua rede de ensino oferece: Ensino Fundamental anos iniciais; Ensino Fundamental anos finais; Ensino Médio.
	7	Nome do Município ou Estado (se for rede estadual)
	8	UF do Município
Monitoramento das ações	9	Na sua concepção, o risco de evasão/abandono dos estudantes aumentou em 2021 (em relação ao final de 2020)?
	10	Se sim, com qual intensidade?

	11	A secretaria vem acompanhando e lidando com o tema de evasão e abandono de alunos da sua rede de ensino durante esse período de ensino remoto e/ou híbrido?
	12	Se sim, de que forma? (Questionário de múltiplas escolhas, respostas não excludentes)
	13	Pode compartilhar como se deram essas ações (foco, tipo de intervenção, o que foi realizado)?
Coleta de dados ¹³	14	Em 2020, as aulas da rede para o 5º ano/ 9º ano do EF/ 3º ano do EM ocorreram em qual(is) formatos? (questão de múltiplas escolhas não exclusivas)
	15	Ainda no ano de 2020, por quanto tempo durou(aram) o(s) formato(s) de ensino indicado na questão anterior:
	16	Indique abaixo em qual(is) formato(s), ATUALMENTE, as aulas do 5º ano/ 9º ano do EF/ 3º ano do EM estão ocorrendo; e quais são os percentuais de escolas que adotaram esse(s) formato(s).
	17	Ainda pensando em 2020, por quanto tempo adotaram a estratégia anotada na questão anterior?
	18	Total de estudantes matriculados (5º e 9º do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio)?
	19	Desse total, quantos estão realizando frequentemente as atividades (on-line, impressas ou presenciais) propostas pelas escolas?
	20	A rede possui algum monitoramento de frequência dos estudantes nas atividades pedagógicas?
	21	A rede possui arquivos, tais como planilhas ou documentos, para o registro do monitoramento da frequência dos estudantes?
	22	Por gentileza, envie os arquivos que comprovem a frequência dos estudantes.
	23	Alguma coisa muito importante que aconteceu de positivo na rede nas ações de combate à evasão/abandono escolar e não perguntamos?

¹³ A numeração dos itens desta seção não coincidem com aquela contida no questionário original. As questões de número 14 a 41 foram sintetizadas aqui nos itens 14 a 22, que apresentam o teor do levantamento de forma objetiva e sem repetições referentes a cada etapa de ensino.

Foi criada uma pasta no Google Drive, compartilhada com as equipes dos TCs, onde era possível encontrar materiais pertinentes ao projeto: ofício de apresentação da pesquisa (assinado pelos presidentes do IRB e do seu Comitê de Educação e pelo diretor-fundador do lede); folder da pesquisa; guia de pesquisa; questionário em PDF; planilha com a indicação dos Municípios titulares e suplentes; além de vídeos das reuniões e capacitações realizadas ao longo do período entre a equipe do lede, do CTE-IRB e dos TCs participantes.

De uma forma geral, o processo de coleta e validação das informações foi realizado da seguinte maneira: as equipes dos TCs entravam em contato com as redes de ensino sob sua jurisdição contempladas no plano amostral, apresentavam o projeto e solicitavam o preenchimento do questionário pelo(a) Secretário(a) de Educação ou responsável por ele(a) designado(a).

Os questionários do Google Forms, respondidos pelas redes de ensino participantes, se comunicavam automaticamente com planilhas de Excel, alimentando-as com as informações preenchidas. Os documentos anexados no próprio Google Forms pelos respondentes também geravam, automaticamente, um link em planilha Excel, facilitando a análise das respostas e o cotejo dos números informados pelas equipes dos Tribunais de Contas.

A validação dos números ocorreu de forma amostral nos Municípios com redes de maior porte. Nesses casos, foram analisadas se as informações apresentadas no questionário eram coerentes com dados do Censo Escolar; se os documentos enviados pela Secretaria de Educação eram capazes de proporcionar um adequado controle de frequência dos estudantes, e se o quantitativo de frequência informado no questionário poderia ter sido proporcionado pelo tipo de controle existente na escola e/ou rede de ensino daquele Município ou Estado.

Desafios encontrados durante o processo de coleta dos dados

O período de coleta dos dados para a pesquisa deu-se, principalmente, nos meses de junho e julho, época em que muitas instituições, órgãos e entidades permaneciam optando, primordialmente, pelo trabalho remoto. Essa realidade trouxe um desafio maior às equipes dos Tribunais de Contas, pois dificultou o contato com a rede pelo telefone institucional da Secretaria de Educação, e exigiu que as equipes buscassem outros meios de comunicação. Algumas tiveram o auxílio das Undimes regionais; outras solicitaram informações ao controle interno dos Municípios. Houve Tribunais que optaram por fazer a comunicação aos Municípios por meio de suas presidências e, ainda, aquele que publicou no Diário Oficial a lista dos

Municípios contemplados na sua amostra, como meio de comunicar às redes sobre a pesquisa e solicitar o preenchimento do questionário¹⁴.

Quanto ao processo de coleta e análise das informações, novamente as equipes dos Tribunais de Contas se depararam com um desafio: garantir o completo preenchimento das informações e a inclusão dos documentos solicitados. Muitas vezes os questionários eram concluídos sem a devida atenção (números de alunos matriculados e frequentes diferentes do declarado no documento enviado), por exemplo, ou sem a inclusão dos controles de frequência ou das planilhas de acompanhamento dos alunos. Situações como essas exigiram dos técnicos um trabalho mais próximo junto às Secretarias de Educação, que constantemente entravam em contato com a pessoa responsável a fim de esclarecer as devidas dúvidas.

Em muitos casos, houve a necessidade de um novo preenchimento do questionário por parte da rede. Quando era necessário corrigir apenas uma inconsistência pontual, a Secretaria informava ao auditor, por telefone ou e-mail, e ele mesmo realizava a correção direto na planilha. O intuito era chegar ao dado mais fidedigno possível. Como relatado no estudo, ao longo da pesquisa, foi observada uma dificuldade das redes de ensino em relação à sistematização e envio dos dados e, por isso, é possível que alguns números utilizados nas análises apresentadas na [seção 3.2](#) estejam superestimados. No entanto, isso não reduz a relevância do estudo, que conseguiu reunir informações significativas sobre a situação de permanência escolar dos estudantes no Brasil no contexto de pandemia.

O caso do Tribunal de Contas de Minas Gerais merece nota, uma vez que ele já estava realizando uma pesquisa com os Municípios sobre a temática da permanência escolar durante a pandemia. Nesse sentido, foi possível alinhar o instrumento de coleta deles com o do lede, para que também pudessem participar da pesquisa. Todos os Municípios do Estado de Minas Gerais participaram do levantamento, em linha com a proposta original do trabalho de auditoria daquele Tribunal, sendo que o questionário aplicado continha algumas perguntas referentes à participação escolar na pandemia.

Plano amostral

O plano amostral, elaborado para esta pesquisa, encontra-se disposto abaixo. Nele, consta: a quantidade de Municípios selecionados de maneira aleatória para o

¹⁴ Estratégia utilizada pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

estudo (Plano Amostral); a quantidade total de respostas recebidas; e a quantidade de respostas validadas finais, que foram as utilizadas nas análises deste estudo.

PLANO AMOSTRAL - REGIÕES DO BRASIL

Região	Plano Amostral	Respostas recebidas	Total de respostas validadas finais
CENTRO-OESTE	182	146	111
NORDESDE	299	243	172
NORTE	194	163	132
SUDESTE	279	279	171
SUL	226	196	138
TOTAL	1180	1027	724

PLANO AMOSTRAL - CENTRO-OESTE

UF	Plano Amostral	Respostas recebidas	Total de respostas validadas finais
Goiás	93	60	42
Mato Grosso	54	54	47
Mato Grosso do Sul	35	32	22
TOTAL	182	146	111

PLANO AMOSTRAL - NORDESTE

UF	Plano Amostral	Respostas recebidas	Total de respostas validadas finais
Alagoas	35	0	0
Bahia	54	54	26

Maranhão	35	34	13
Paraíba	35	35	33
Pernambuco	35	26	16
Piauí	35	35	34
Rio Grande do Norte	35	35	33
Sergipe	35	24	17
TOTAL	299	243	172

PLANO AMOSTRAL - NORTE

UF	Plano Amostral	Respostas recebidas	Total de respostas validadas finais
Amapá	16	16	11
Amazonas	35	19	8
Rondônia	35	35	32
Tocantins	53	38	27
Pará	55	55	54
TOTAL	194	163	132

PLANO AMOSTRAL -SUDESTE

UF	Plano Amostral	Respostas recebidas	Total de respostas validadas finais
Espírito Santo	35	35	13
Minas Gerais	119	119	54
Rio de Janeiro	35	35	26

São Paulo	90	90	78
TOTAL	279	279	171

PLANO AMOSTRAL - SUL

UF	Plano Amostral	Respostas recebidas	Total de respostas validadas finais
Paraná	76	76	52
Rio Grande do Sul	94	66	42
Santa Catarina	56	54	44
TOTAL	226	196	138

Anexo II: Média ponderada por região

Como explicitado na [seção 3.2](#). O que a pesquisa descobriu sobre a situação de participação dos alunos na pandemia, o cálculo das taxas de participação foi obtido por meio da média dos percentuais de todos os Municípios de uma determinada região. Caso fosse considerada a média ponderada pelo número de alunos de cada Município, os resultados seriam os seguintes:

REGIÃO	5º ANO	9º ANO
	Média Ponderada	Média Ponderada
NORTE	91,1%	90,1%
SUL	96,4%	97,5%
SUDESTE	93,4%	91,7%
NORDESTE	87,5%	83,1%
CENTRO-OESTE	93,1%	90,8%

REALIZAÇÃO:



CTE-IRB



rede



TCE-AL
Tribunal de Contas do Estado de Alagoas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ



Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco



TCE-PI



TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ



Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro



TCE RN
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



TCE-RO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA



TCESE
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE



TCE SP
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS



TCM



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ



TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO



Tribunal de Contas do Município de São Paulo



Apoio:

